

MIGRAÇÃO E EXPANSÃO URBANA NO INTERIOR DE SÃO PAULO – BRASIL

Lidiane Maria Maciel – Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia – Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (SP)

1. Introdução

O debate sobre urbanização no Brasil é um tema clássico no âmbito dos estudos sociológicos, geográficos e econômicos. A produção social do espaço urbano é colada a produção de uma determinada economia política, como nos ensina Lefebvre (1976) e Santos (1994). Nas economias capitalistas o imobiliário se converte, ainda segundo Lefebvre (1976), em um bem móvel, produzido e reproduzido assim relações sociais. É por meio dessa abordagem que pretendesse a partir de um trabalho de campo realizado em uma região considerada periférica da cidade de São Carlos-SP, discorrer sobre o processo migratório e a expansão do perímetro urbano dessa cidade.

Singer (1998), ao analisar o crescimento econômico e populacional acelerado da cidade de São Paulo nas décadas de 1960 e 1970 – proporcionado pela migração rural-urbana – pontua que esse processo acentuou uma série de desequilíbrios, principalmente entre a procura e a oferta de habitação e serviços urbanos, que compunha naquele momento uma problemática específica do desenvolvimento capitalista em países periféricos. Esse movimento, segundo o autor, era visto pelos críticos da urbanização como gerador dos problemas sociais vigentes. Numa leitura economicista, Singer (1998), considera que

Se existe, portanto, uma demanda “explosiva” por serviços urbanos de toda espécie, que permanece em grande medida insatisfeita, isto se dá não porque a população cresce depressa demais, mas porque a renda urbana se eleva de forma explosiva e os mecanismos de mercado, que de modo geral deveriam equilibrar demanda e oferta, simplesmente falham no cumprimento do seu papel. E faltam porque a oferta se torna inelástica a curto prazo, quando se esgota a capacidade de produção.(p.38).

Ainda para Singer (1998) a única forma de deter os desníveis entre a oferta e a procura de serviços sociais seria através do planejamento ao longo prazo. Questão pouco considerada até então.

A problemática urbana das décadas seguintes imposta pela produção capitalista do espaço das grandes metrópoles levou o Governo Militar em 1973 lançar o II Plano Nacional de Desenvolvimento, na qual apontava que “a excessiva concentração urbana, que ocorria, sobretudo nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, estava acarretando sérios problemas de congestionamento, superpopulação e poluição, em detrimento da qualidade de vida e do equilíbrio social”, (NEGRI, 1996, p.175).

O Plano assim, em seguida, definiria a estratégia do desenvolvimento urbano que privilegiaria a desconcentração inter-regional do sistema urbano dominante na região sudeste por meio do esforço de evitar o crescimento excessivo de grandes aglomerações urbanas. Transferindo a outras regiões os problemas sociais e ambientais deste tipo de produção. É nesse contexto que verificamos o fortalecimento econômico e incremento populacional das cidades do interior, em especial no estado de São Paulo. É nesse contexto que trazemos para a discussão o caso da problemática urbana estabelecida na cidade de São Carlos - SP durante os anos 1980.

O município de São Carlos-SP desenvolveu-se na esteira da civilização cafeeira, e deste modo vivenciou a fase áurea do ciclo e o processo de desarticulação dessa política econômica a partir de 1930. A cidade desde então tendeu a se modernizar através da formação de um parque industrial diversificado, como citado por Truzzy (2000).

Os movimentos migratórios para o município de São Carlos e região representaram elemento importante para o crescimento populacional do mesmo. (Fundação SEADE, 1990). Como atesta Baeninger (1999), São Carlos se beneficiou dos movimentos migratórios das décadas anteriores, em especial nos anos 60 e 70, com origem no estado de Minas Gerais e Paraná e dos estados do nordeste. Aliado aos processos migratórios e ao esgotamento da área urbana tradicional, a expansão do município resultou na formação de uma ampla periferia urbana, conhecida localmente como Cidade Aracy.

Para Durham (1988) a concentração da população pobre nas periferias de qualquer cidade é um fato observável. Em uma primeira abordagem a

periferia é caracterizada pelos bairros mais distantes, e menos atendidos por transportes e serviços públicos, ela é formada através da venda de lotes, muitas vezes, em áreas topograficamente desfavoráveis de difícil acesso, sem documentação legal e sem serviços públicos. Para a população chegada vende-se também “o sonho da casa própria, que passou a ser aspiração generalizada das classes populares (...) as casas construídas aos poucos pelos próprios moradores, parecem sempre inacabadas” (DURHAM, 1988).

A casa mesmo inacabada, para muitos destes migrantes, torna-se a expressão máxima da noção de melhorar de vida Durham (1988) e Silva (2007). A casa de alvenaria é a representação material da ascensão social, derivada da migração.

Na cidade de São Carlos, muitos destes trabalhadores rurais migrantes não foram e não são absorvidos pela economia local, procurando assim, alternativas de trabalho e na própria região, Ávila (2006). O trabalho rural oferecido pelo agronegócio transformou em alguns casos a única possibilidade de renda para uma parcela significativa de famílias moradoras da região considerada no estudo.

A modernização agrícola que processou no estado de São Paulo, a partir dos anos 1970, solapou as antigas estruturas cafeeiras modificando a estrutura social e trabalhista da Região Central do Estado de São Paulo. Nesse momento a força de trabalho dos migrantes chegados de vários estados brasileiros somou-se a força de trabalho dos deslocados das antigas fazendas de café. (STOLCKE, 1986; SILVA, 1988; ALVES, 1991).

Tomando com base um trabalho de campo e outros indicativos da literatura, a região do município de São Carlos conhecida popularmente como “Aracy” concentra população migrante de origem rural interestadual. A região é composta por quatro bairros Cidade Aracy I, Cidade Aracy II, Presidente Collor e Antenor Garcia, divididos pelo censo 2011, em quinze setores censitários totalizando uma população de 19.079 habitantes. Estes bairros estão inseridos no subdistrito de Bela Vista que concentra 66.988 habitantes. Atualmente o município conta com 221.950 habitantes.

Estes bairros surgiram no bojo do descontrole expansão urbana da cidade de São Carlos, nos anos 1980 e 1990 (LIMA, 2007), e eram atrativos

dado ao baixo valor imobiliário da área, bem como pela doação de terrenos pelo loteador da área, um político local.

A população dos bairros Aracy II e Antenor Garcia, segundo Ávila (2006) é composta por maioria de migrantes, afro descendentes, com baixa escolaridade na qual a matrifocalidade é bastante comum. Ainda segundo, a autora, o trabalho rural faz parte da realidade de muitas famílias desse bairro. Os trabalhadores rurais são contratados por aliciadores, comumente conhecidos como “turmeiros”, para as colheitas de laranja e café, e para o corte de cana, em plantações afastadas da cidade. Na entressafra é comum a atuação como servente de pedreiro, catadores de sucata, diaristas, carregadores de caminhões nas granjas da região, quando não usufruem do seguro desemprego.

Os bairros de Aracy II e Antenor Garcia embora estabeleçam contato direto com o meio rural – proveniente do trabalho na colheita e do histórico destes trabalhadores – não devem ser considerados bairros rurais (QUEIROZ, 1973); são bairros que compõem o processo de expansão urbana municipal. Nesse sentido, a pendularidade da população no âmbito regional, para o assalariamento rural, constitui elemento importante para o entendimento da migração e da possibilidade de “melhorarem de vida”¹. A migração e a permanência destes migrantes dependem das redes familiares estabelecidas. (SILVA, 2007).

As trajetórias de vidas destes migrantes, como levantado no trabalho de campo, não se constituem linearmente, às vezes são compostas por trajetórias migratórias múltiplas, nas quais estas redes de sociabilidade familiar e não familiar como citado por Silva (2007), se tornam relevantes ao emaranhado de situações a serem superadas por estes indivíduos.

As possibilidades de melhora qualitativa nos padrões de consumo já foram indicadas por diversos pesquisadores que se debruçaram sobre as motivações da ação social de migra (DURHAM, 1985; ANTICO, 1994). Porém consideramos como hipótese que o sentido da ação social de migrar não se

¹ Os trabalhadores com os quais tive contato são registrados e desfrutam de alguns direitos trabalhistas como seguro desemprego durante a entressafra. Estes trabalham essencialmente na safra da laranja atuando em fazenda da região de São Carlos, com destaque para Água Vermelha (distrito de São Carlos), Brotas, Bebedouro, Araraquara, Ribeirão Bonito, Itirapina entre outras.

reduz a materialidade aparente do processo social de reprodução das condições de vida, mas implica em outros aspectos da vida social como, todos encobertos pela formulação geral “melhorar de vida”. Aspecto esse a qual Durham (1984), também já chamava a atenção.

2. Um sobrevôo sobre a relação entre migração e expansão urbana

A primeira lição de Singer ao abrir o texto “Migrações considerações teóricas sobre seu estudo” (1976), é que “as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudanças, do qual elas não devem ser separadas.” (p.217). Essa análise tornou-se importantíssima para os estudos de migração que proliferam nas Ciências Sociais brasileira nas décadas seguintes. O fenômeno da urbanização provocada pela saída em massa de população do campo em direção a cidade impunha novos desafios às disciplinas.

Lopes (1974) considera que as migrações são parte integrante das transformações estruturais que marcaram o desenvolvimento econômico. Assim tanto os fatores quanto os resultados das migrações fazem parte desse processo de mudança provocada nas últimas décadas.

A análise histórica estrutural pretendia oferecer uma abordagem alternativa frente às análises psicossociais dos estudos de migrações, cujo autor americano Everett Lee era um dos representantes. Lee (1966) retoma Revenstein (1885) mostrando como suas leis gerais respondiam pouca à diversidade do fenômeno migratório, que minimamente implicava para o autor um local de origem, outro de destino e uma série de intervenientes.

Em Lee (1966) os migrantes em potenciais fazem um cálculo racional, considerando a positividade ou negatividade dos fatores intervenientes à migração. Isto é, os migrantes inicialmente fazem uma comparação entre o local de origem e o local de destino, e assim para que a migração ocorra “o saldo a favor do deslocamento deve ser suficientemente forte para vencer a inércia natural que sempre existe. Ademais, sempre prevalece, entre dois pontos, uma série de obstáculos intervenientes, que podem ser leves em certos casos e insuperáveis, em outros.” (p.102).

As migrações para Lee (1966), ainda são realizadas dentro de um quadro de seletividade. Pois “os migrantes não constituem uma amostra

aleatória da população de origem. As migrações são seletivas em razão de as pessoas responderem de forma diferente à série de fatores positivos e negativos prevaletentes nos locais de origem e destino”. (p.111).

Assim, se considerarmos as várias etapas que as trajetórias migratórias podem conter, é possível verificar que a superação da seletividade migratória é um fator decisivo na fixação ou não dos migrantes em determinados territórios, como aponta Brito (2001). Já o enfoque histórico estrutural adotado por Singer (1976), Lopes (1976) e Balán (1976) concebe as mudanças no padrão de desenvolvimento como motor das migrações.

Assim, seguindo a perspectiva histórica estrutural adotada por Singer (1976) e outros, as transformações estruturais modificaram as relações econômicas das regiões, e no caso brasileiro, criaram desigualdades regionais. Assim, as poucas ou inexistentes oportunidades econômicas oferecidas em certas regiões determinaram a expulsão de sua população.

Para Singer (1976) os determinantes de expulsão são de duas ordens e se realizam por meio dos: *Fatores de mudança* “que decorrem da introdução de relações de produção capitalista nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses (...) tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego.” E por meio dos *Fatores de estagnação* “que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de área cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários”. (SINGER, 1976, p.223-224).

Nesse âmbito, as causas da migração se manifestam no quadro geral das condições socioeconômicas e é o condicionante social de classe que seleciona os indivíduos que lançarão no processo migratório. As causas dos fluxos migratórios somente são explicadas pelos fatores estruturais. E não como em Lee (1966), pela superação dos fatores intervenientes pelos indivíduos que passaram anteriormente pela seletividade migratória.

Para Singer (1976) “quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino. É o fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode

englobar vários pontos de origem e de destino” (SINGER, 1976, p.237). A origem neste caso é onde se processou transformações socioeconômicas que levaram um ou vários grupos sociais a migrarem.

O processo migratório, nessa abordagem, atinge todos os indivíduos, reunidos entorno das classes sociais. Fatores positivos ou fatores negativos nos locais de origem e destino serão gestados de diferentes maneiras dependendo da posição social do indivíduo na sociedade em questão. Nesse sentido para Durham (1985) a estrutura da sociedade brasileira estava sofrendo profundas fraturas pós anos 1950 e o fenômeno das migrações não poderiam ser entendidos isoladamente.

Para Durham (1985) a industrialização e urbanização significaram para esses migrantes, da qual fala Singer (1976), a quebra do isolamento das comunidades rurais tradicionais nas quais viviam o que implicou a produção de novos valores sociais.

Para o trabalhador rural, a migração aparecia como uma tentativa de “melhorar de vida” “Isto é restabelecer, em níveis mais altos, o equilíbrio entre as necessidades socialmente definidas e a remuneração do trabalho” (Durham, 1985, p.145), para essa autora a migração só fora possibilitada pelas relações familiares que os migrantes conseguiam ativar, portanto, a migração ocorria dentro de universo familiar e não individualizado. A rede de parentesco definia algumas obrigações recíprocas que auxiliam os migrantes no processo de entendimento e integração dos novos espaços sociais.

Silva e Menezes (2007) criticam a leitura estrutural realizada por Singer (1976) e outros autores sobre as migrações. A análise das autoras repousa na discussão de Oliveira (1981) sobre a crítica ao dualismo estrutural que colocava campo e cidade em oposição, mostrando assim, que para entender a dinâmica migratório deve-se considerar a complexidade do todos, bem como mostrar que um movimento é consequência de outro, ou seja, sociedade urbana e rural não devem ser posta em oposição, mas sim em relação.

Assim, de alguma forma a expansão urbana é ditada pelos fluxos migratórios que passaram a atingir determinadas áreas industriais do estado de São Paulo. Segundo o IBGE é considerada área urbanizada, a área caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana, servidas pelos equipamentos políticos – administrativos.

3. A problemática urbana em São Carlos-SP: entre o “controle e descontrole da ampliação do perímetro urbano”²

Truzzy (2000) aponta que a crise do café de 1929 e o conjunto de mudanças econômicas advindas dela fortaleceram o deslocamento de população do meio rural para o nascente meio urbano, em São Carlos-SP. Foi a partir das décadas seguintes que a indústria manufatureira desenvolveu-se e atribuiu uma nova dinâmica ao município. Os deslocamentos rurais-urbanos se somavam aos fluxos migratórios derivados de muitos estados e modificava definitivamente a organização e as características populacionais do município.

A partir do início do século XX e pós-crise do sistema cafeeiro abriu-se um lento e gradual processo de expansão do perímetro urbano. Lima (2007) divide o processo de expansão urbana do município em três períodos. O primeiro de 1857-1929 corresponde a fundação da cidade a crise do sistema cafeeiro, na qual as formas de controle e planejamento da expansão urbana eram ditadas pelo Chefe da Câmara Municipal (poder municipal máximo). Nesse período a autora verifica uma expansão do solo urbano de maneira concentrada e contínua regulada pelo Código de Postura, a concessão era feita por doações dos grandes proprietários para a formação do núcleo urbano. Por ele era determinado as regras para arruamentos e alinhamento do terreno. As doações eram concedidas a quem quisesse fixar na cidade e consolidar o núcleo urbano.

Datam desse período os bairros de Villa Nery (1889), Villa Pureza (1891), e Vila Prado (1893). O primeiro loteamento privado fora traçado em 1935 para atender os operários da Indústria de Toalhas São Carlos e marcou a nova fase de expansão urbana do município.

O segundo período considerado por Lima (2007), de 1930 a 1959, registra o aumento das taxas de urbanização e o alargamento da crise imobiliária já em curso e a necessidade do surgimento de formas

² Esse tópico toma como referencia o belíssimo trabalho de Renata Priori Lima, referente à sua dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo Campus USP.

alternativas de residência para a nascente classe operária. Os loteamentos passaram a ser traçados pela iniciativa privada e novos eixos de expansão foram determinados enquanto os eixos anteriores se consolidavam dividindo os espaços de habitação da velha e nova elite. Nesse período a ação feroz dos loteadores determinou o ritmo da expansão urbana da cidade, diminuído sensivelmente as áreas públicas. “Esses aspectos acabaram gerando um tecido urbano heterogêneo que também direcionou as concentrações socioespaciais e contribuiu para o aprofundamento da estratificação social no território urbano.” (LIMA, 2007, p.109)

Registra-se desse período o parcelamento espontâneo de áreas e a expansão do mercado imobiliário, que desconsiderava a forma anterior de parcelamento, considerada menos lucrativa por acomodar um número reduzido de lotes. O mercado imobiliário ditou o novo desenho dos lotes, que acomodava grande número de lotes, mais cumpridos e menos profundos, no padrão 300 metros quadrados. A expansão ao sudoeste as beiras da Rodovia Washington Luis refletiam a nova perspectiva econômica chegada à cidade.

Tabela 1: área urbana são Carlos 1857-1989

Período	Arruamentos, loteamentos e parcelamentos espontâneos		
	Número (1)	Área Urbana (Hectares) (2)	Crescimento (%)
1857-1929	10	423,5	
1930-1959	55	927,61	254,62
1960-1977	53	789,79	58,45
1978-1989	46	967,7	45,20

Fonte: (1) Registro de loteamentos da SMH DU de São Carlos. (2) Mapas de loteamentos em São Carlos realizados para a pesquisa de 2003-2006. Apud. Lima (2007).

Somando ao processo de derrocada do sistema cafeeiro e aprofundamento da industrialização na cidade, entre os anos de 1970 e 1980 os municípios da antiga Região de Ribeirão Preto, ganharam novas perspectivas econômicas advindas da inserção desses municípios no Programa de Médias Cidades, que tinha como objetivo criar pólos regionais

que favorecessem a desconcentração industrial e urbana dos problemáticos grandes centros urbanos, como citado por Negri (1996).

Inseridas nesse programa, cidades como São Carlos, fortaleceram sua infraestrutura, principalmente de transportes, e passaram a atrair grandes investimentos empresariais. Paralelamente a esse processo a urbanização apresentava novos índices que indicavam o fortalecimento do espaço urbano em detrimento aos espaços rurais. Seguindo os dados sistematizados por Baeninger (1995) em 1970 a taxa de urbanização era de 88,7% passando a 92,2% nos anos 1980 e seguindo a tabela (2) abaixo verificamos pelos dados dos censos o crescimento progressivo, em número absoluto, da população do município de São Carlos.

Esse crescimento populacional é derivado dos fluxos migratórios que atingiram a cidade nas décadas de 1970 a 2000, pois como demonstrado pela fundação SEADE (2008), baseado nos dados do censo as taxas de fecundidade não são mais capazes de criar grandes saltos populacionais na Região Central do estado de São Paulo.

Tabela 2: Evolução da População do Município de São Carlos (1980-2010) em número de habitantes

Período	Total	População	
		Rural	Urbana
1980	119.542	9.259	109.753
1991	157.549	9.742	144.020
2000	192.639	9.547	183.092
2010	221.692	8.879	212.813

Fonte: FIBGE CensoS DemográficoS de 1980 A2010;

FUNDAÇÃO SEADE

Lima (2007) demonstra que o terceiro momento analisado (1960-1977), foi marcado pela construção de uma estrutura de planejamento urbano bastante complexo e já em 1960 com a criação do Escritório Técnico de Plano diretor, pelo decreto n. 4013/1960, foi elaborado o primeiro Plano Diretor para o município de São Carlos, esse tinha como objetivo controlar a expansão urbana na cidade. Em 1968 foi criado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

(PDDI), cujas leis deveriam controlar o uso do solo, o que para Lima (2007) contribuiu para a expansão da concentração urbana na região central e dispersão da periferia.

Nesse momento o mercado imobiliário tornou-se altamente especulativo, pois era visível o desenvolvimento que atingiria a cidade nos próximos anos, com a consolidação do setor industrial e a chegada de duas grandes universidades, o Campus de Engenharia da Universidade de São Paulo e a inauguração da Universidade Federal de São Carlos. Segundo Lima (2007), nesse momento os loteadores começaram a lotear os terrenos à margem da legislação urbana recém estabelecida.

O controle municipal entrou em desvantagem, pois, apesar das novas leis, o enfraquecimento dos poderes municipais e estaduais nos anos de ditadura militar deixou os municípios com dificuldade para exercer seu controle, como resultado os loteamentos precários se proliferaram à medida que a população urbana crescia. O coroamento desse processo ocorreu em 1977, com a aprovação da lei municipal 7.821/77 que abriu precedência para ampliação aleatório do perímetro urbano aumentando ainda mais o poder de ação dos loteadores especulativos” (LIMA, 2007, p.125).

Assim, a partir dos anos 1980 verifica um verdadeiro descontrole da expansão urbana com a aprovação da lei n. 7821/77 de zoneamento urbano, pois essa lei possibilitava à alteração do perímetro urbano a qualquer circunstância, o que propiciou um aprofundamento do processo de especulação imobiliária em determinadas áreas do município. Segundo esta autora, a partir deste momento houve um descontrole no processo ocupação do espaço.

Em 1978, o perímetro foi modificado pela lei n. 7926/78; em 1979, pelas leis n. 8056/79 e 8095/79; e, em 1980, pelas leis n. 8170/80, 8459/1980 e 8529/80. Uma das antecipações mais evidentes foi aprovada para a implantação do loteamento Cidade Aracy, pela lei 8170/80, na qual o perímetro foi ampliado para envolver o loteamento que seria aprovado dois anos depois desse alargamento. (LIMA, 2007, p.170).

O espaço a sudoeste que derivou este loteamento, o Cidade Aracy, era uma antiga fazenda da Família de Ernesto Pereira Lopes, médico e imigrante italiano, se tornou um expressivo industrial na cidade de São Carlos nos anos

de 1950, reconhecido no cenário nacional por sua fábrica de geladeira e tratores (CBT – Companhia Brasileira de Tratores).

A dimensão mais feroz da especulação imobiliária e o descontrole no planejamento da expansão urbana em São Carlos, fora atração e ocupação desordenada de famílias migrantes em áreas precárias. Os loteamentos mais periféricos destinados a atender famílias de baixa renda “eram entregues aos moradores sem pavimentação, rede de coleta de esgoto, rede de abastecimento de água e energia” (LIMA, 2007, p.141).

3.1. A formação e consolidação dos bairros de Cidade Aracy em São Carlos-SP³

Nos anos de 1980 a região sudoeste da cidade de São Carlos, de terreno arenoso e topograficamente desfavorável a habitação e de difícil acesso devido à disposição de seu relevo marcado por um “morro” ou “serrinha” na categoria local, tornou-se uma das áreas de expansão urbanas mais expressivas do município de São Carlos. (FAZANO, 2001).

O loteamento Cidade Aracy I, foi organizado a partir da venda de terrenos pela imobiliária Faixa Azul. A propaganda agressiva somada aos baixos valores dos lotes oferecidos atraiu a população recém chegada a esta região. Os fluxos migratórios e as redes que criam possuem uma grande capacidade de estabelecer redes de informações e assim criar novos fluxos migratórios. Esse processo fez parte do cotidiano das famílias desses bairros, na qual a cada mês, ou ano, chegavam mais um ente da família. Algumas ruas do bairro foram tomadas por famílias de migrantes vindas de uma mesma localidade.

Nos anos 1990, o bairro contava com uma fraca infraestrutura urbana, ruas sem asfaltamento devido, cobertura precária de água, esgoto⁴, e energia elétrica. Até meados desta década o atendimento a saúde era realizado no

³ Esse tópico é derivado da pesquisa de campo do mestrado realizado pela autora entre trabalhadores rurais migrantes moradores dos bairros que compõem a chamada Cidade Aracy - São Carlos (SP). Nesse trabalho também quero deixar registrado meu Agradecimento à todos os participantes dessa pesquisa que por meio da história oral ajudaram-se a reconstituir a memória social do bairro.

⁴ Na falta de uma rede de esgoto a população abria fossas sépticas para o armazenamento dos dejetos.

Posto de Saúde do bairro mais próximo, Cruzeiro do Sul. Ainda em 1995 era inexistente a presença de escolas de Ensino Fundamental e Médio, então, algumas salas de aula eram improvisadas na única estrutura institucional pública, hoje privada, presente no bairro, o Cemitério Jardim da Paz, fundado em 1984 que atendia uma inexpressível clientela.

Nesta década também os bairros de Presidente Collor, Cidade Aracy II e Antenor Garcia surgiram na esteira do desenvolvimento do bairro de Cidade Aracy I, loteados pela mesma imobiliária. Nesse momento a tática comercial de promoção de venda fora a doação de 125 metros quadrados de um terreno de 250 metros, na expectativa de venda do lote de 125 metros quadrados ao lado, ao ganhador do lote.

A centralidade da construção da casa própria para o projeto de melhorar de vida para a população migrante alocada nesta região tornava os aspectos topográficos e infraestrutura local irrelevantes. A maior parte do primeiro grupo de migrantes chegados ao bairro, como demonstrado por Silva (2007), realizou uma migração do tipo Rural – Urbana, eram massivamente paranaenses e mineiros, o que nos leva a supor que estes aspectos supracitados coerentes a vida urbana não faziam parte do universo das necessidades imediatas destes migrantes.

A casa, o terreno, a horta e o precário acesso aos benefícios da cidade tornavam-se significativo no projeto de melhorar de vida. Apesar das condições precárias existentes, os migrantes estavam na “Cidade” e o valor atribuído a está era demasiadamente grande.

Localmente, há pouca diferenciação quanto à nomeação dos bairros, Aracy I, Aracy II, e Presidente Collor, os mesmos são conhecidos apenas como “Aracy”. Já nos fins dos anos 1990 estes bairros, juntamente com o bairro de Antenor Garcia passaram a receber pesados investimentos em infraestrutura do governo municipal. Hoje, a região conta com escolas de ensino fundamental e médio, dois postos de saúde, as ruas são asfaltadas e há o devido abastecimento de água e luz, bem como rede de esgoto.

Segundo Censo 2010, a região dos bairros que compõe a Cidade Aracy, como é popularmente conhecida, soma-se uma população de 19.079 habitantes, distribuídos em quinze setores censitários. Esta população se

formou durante os anos 1990 e 2000 e emprega-se em diversos setores da economia local, e dentre elas no assalariamento rural, oferecido na região.

Dos 60.681 migrantes chegados à cidade de São Carlos nos anos 80, o local de origem e “espaços de vida”, destes migrantes muitas vezes é incerto, pois pela operacionalidade do conceito o censo ao considerar os dados sistematizados pelo do último local de residência não capta essas dimensões, somente as indicando para nós algumas tendências e oferecendo um mapa do processo.

Assim, podemos supor que entre os migrantes do próprio estado de São Paulo, tenhamos nordestinos, mineiros e paranaenses e entre outros migrantes, que por uma série de fatores de expulsão tenha realizado a modalidade migratórias do tipo Rurais-Urbanas e Urbana – Urbana. Muitas das famílias chegadas aos bairros da Cidade Aracy deslocaram-se mais de uma vez, entre o rural e o urbano na tentativa de melhorarem suas condições de vida.

Conclusão

A partir desse trabalho tentou-se demonstra a complexa relação entre migração e expansão urbana, utilizando como exemplo a formação dos bairros que hoje compõe a região conhecida como Cidade Aracy, em São Carlos-SP. Tentou-se analisar a complexidade do processo de ocupação urbana nessa região, mostrando que a tese conservadora da qual as populações empobrecidas são culpadas pela periferização e problemas sociais urbanos, não passa de uma visão velada do processo social vigente.

Inicialmente podemos concluir que como colocado por Singer (1998) e outros autores, a expansão urbana e migração foram processos significativos na formação social brasileira contemporânea. O caso empírico que fora percorrido tentou mostrar como uma série de jogos políticos e econômicos ditou o processo de expansão do solo urbano na cidade de São Carlos. Assim, na medida em que o solo dessa cidade ia se tornando um bem móvel, como nos ensina Lefebvre (1976), ia se estabelecendo desigualdades sociais entre sua população, por meio dos espaços que habitavam e circulavam.

Bibliografia

ÁVILA, M. P. **Periferia é periferia em qualquer lugar? Antenor Garcia um estudo de uma periferia interiorana.** São Carlos. Dissertação de Mestrado em Ciências sociais. UFSCar. 2006.

BAENINGER, R A. **Região, MetrÓpole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes - Brasil, 1980-1996.** Campinas.Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.1999.

_____, Região Administrativa Central: Região de Governo de São Carlos e Região de Governo de Araraquara. **Textos Nepo (31).** Campinas, 1995.

DURHAM, E. R. *A caminho da cidade.* São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **Sociedade vista da periferia.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, Anpocs 1988.

FAZANO, C. B. **Proposta de zoneamento ambiental: estudo de caso – Bairro Cidade Aracy, São Carlos-Sp.** Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil. São Carlos UFSCar, 2001.

LEFEBVRE, H. **O espaço, a produção do espaço.** In. **Espacio y política: el derecho a la ciudad.** II. Barcelona, 1976.

LIMA, R. P. **O Processo e o (des) controle da expansão urbana de São Carlos (1857-1977).** Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. 2007.

LOPES, J.R.B. **Desenvolvimento e mudança social.** 3ª. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

QUEIROZ, M. I. P. **Bairros rurais paulistas (dinâmica das relações bairro rural/cidade).** São Paulo: Duas Cidades, 1973.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)** Editora da Unicamp. 1996.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade.** SP: Hucitec /Educ, 1994.

SINGER, P. I. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In MOURA, H. (org.) **migrações internas: textos selecionados.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A, (1976)1980.

_____. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo. Contexto. 1998.

SILVA, V. F. da. **Migração e redes sociais: trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo.** – Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006.

TRUZZY, O. **Café e Indústria: São Carlos 1850 -1950.** Editora da UFSCar. São Carlos, SP. 2000.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE).
Informações sobre as Regiões de Governo e Região Administrativas. São Paulo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censos
Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 2000.